



## AVALIAÇÃO DOS REFLEXOS DAS CRISES ASIÁTICA E RUSSA NAS ECONOMIAS MEMBRO DO MERCOSUL: Uma análise que se estende do período de 1997-2007

Área: ECONOMIA

CREPALDI, Jesus

BASTOS, Luciana Aparecida

SILVA, Katia Jose da

### Resumo:

Esta pesquisa visa discutir os reflexos que as Crises Asiática de 1997 e Russa de 1998 tiveram sobre a conjuntura e o desempenho comercial (intra e extra-regional) das economias-membro do Mercosul. De acordo com Marx as Crises Asiática (1997) e Russa (1998) são oriundas de uma crise maior: a crise do próprio sistema capitalista de produção. Segundo o autor, há que se levar em consideração que no capitalismo as crises, quando não abrem espaço para revoluções, são habitualmente um mecanismo que permite a limpeza de capitais "sobrantes", favorecendo a concentração e centralização do capital, gerando as condições para a recuperação da taxa de lucro. Nessa perspectiva, vários estudiosos da economia internacional como Amaral (2007), Barbosa (1996), Cardoso (1993) Coggiola (2004), dentre outros, tem se preocupado em avaliar os principais reflexos que a crise do capital reproduz nas mais distintas economias globais, de forma a gerar outras crises que, em proporções secundárias, causam desordem no sistema internacional. Devido a isso, surge o interesse em desenvolver uma pesquisa que procure delinear os reflexos que as últimas crises capitalistas da década de 1990 no mundo, a saber: A crise Asiática (1997) e a crise Russa (1998), fruto dessa crise maior do capitalismo, trouxeram para as economias membro do Mercosul, de forma específica. Como a pesquisa ainda está em fase de conclusão, será apresentado apenas um ensaio teórico que demonstra o desdobramento da crise do capital, discutida e descrita por Marx, em crises capitalistas atuais como a crise asiática (1997) e a crise Russa (1998).

**Palavras-chave:** Capital. Crise Asiática. Crise Russa.

### 1. INTRODUÇÃO

Na década de 1990 muitos países, principalmente os considerados emergentes, vêm experimentando crises financeiras e cambiais. As Crises Mexicana (1994), Asiática (1997) e Russa (1998) são oriundas de uma crise maior: a crise do próprio sistema capitalista de produção, de acordo com Marx (1989).



# VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam

De acordo com estudiosos como Amaral (2007) e Ginesta (1994), no final da década de 1980 e início da década de 1990, nas economias em desenvolvimento, como Brasil, México, algumas economias da Ásia e da Rússia, estavam presentes uma política econômica de desempenho em relação aos investimentos, poupança, redução de inflação e expansão do crescimento econômico, frutos de uma política capitalista maior: a do crescimento econômico voltado para fora, com restrições ao protecionismo e à presença do Estado na condução das atividades econômicas. Essa redução do protecionismo, bem como as políticas multilaterais de expansão comercial, frutos do acirramento do processo de globalização, ocasionou uma movimentação muito maior, quando comparadas às décadas anteriores, de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) pelas economias capitalistas mundiais.

Esses IDEs, sejam eles na forma de multinacionais ou na forma de títulos de empresas (para o mercado especulativo), facilitaram a que as nações promovessem crescimento econômico em curto prazo. Porém, tais IDE orientados à máxima de estar elevando os retornos de suas inversões em caráter exponencial, deixam o país ao qual adentraram ao mínimo resquício de fragilidade política, conjuntural ou estrutural do país, como: perante mudanças cambiais, reduções de taxas de juros, as quais reduzem suas margens de lucros, reduções de subsídios dos governos às suas multinacionais, aumento da inflação, dentre outros fatores. Sejam eles na forma de multinacionais ou na forma de títulos de empresas (para o mercado especulativo), facilitaram a que as nações promovessem crescimento econômico em curto prazo. A fuga desses IDEs a uma economia conduzida por capitais especulativos e cuja maior parte dos empregos é gerada por multinacionais, provocaria uma recessão de proporções gigantescas.

No mundo globalizado, os efeitos das fugas de IDE de um país são ainda mais catastróficos, pois os efeitos negativos da saída dos mesmos de um país provocarão, necessariamente, efeitos negativos concomitantes nos demais países do mundo, devido à globalização econômica, financeira e comercial. Ademais, foram essas fugas de IDE que provocaram as três grandes crises internacionais da década de 1990, a saber: a Crise Mexicana (1994), Asiática (1997) e Russa (1998).

A relevância desse estudo está em demonstrar que as crises das economias capitalistas da década de 1990, são frutos de um aspecto muito mais amplo, a saber: as crises cíclicas do



capital, que seriam em parte provocadas pelas decisões liberais e neoliberais, nas quais pautase o capitalismo. Nesse sentido, far-se-á necessário o retomo das idéias de Marx sobre a produção do valor, as quais servirão de guia para o pensamento teórico sobre os impasses do capitalismo, que certamente são mais complexos hoje. Para se estudar as crises oriundas do capitalismo, é preciso pensar o capitalismo como sistema, descobrir seus impasses e as novas determinações que operam nesta ordem societária. Desta forma, partindo de um fundamento teórico baseado no estudo das crises capitalistas de Marx, serão avaliados os impactos das crises econômicas internacionais da década de 1990, nas economias-membro do Mercosul. Porém, como já destacado no resumo deste trabalho, devido ao fato das análises ainda não estarem totalmente concluídas, este trabalho tratará de apresentar apenas um ensaio teórico sobre os desdobramentos da crise do capital nas crises asiática e russa.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

As crises, neste estudo analisadas, foram responsáveis, mediante a disseminação de seus impactos pelo mundo globalizado, pelas modificações conjunturais das economias-membro do Mercosul, as quais passaram a carecer de ajustes macroeconômicos drásticos após 1999, bem como a modificações nos saldos comerciais dessas economias, como afirmaram (AMARAL, 2007; BASTOS, 2009; CANUTO, 2000; VIZENTINI, 2004), dentre outros estudiosos do assunto.

Com base em tais repercussões, supracitadas, a problemática dessa pesquisa consiste em analisar, de forma individualizada, como as duas últimas grandes crises internacionais da década de 1990: Asiática (1997) e Russa (1998), impactaram conjuntural e comercialmente cada uma das economias-membro do Mercosul individualmente, a saber: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Excluímos da análise a Venezuela, o Peru e a Colômbia, uma vez que, no ato de formação do Mercado Comum do Sul tais economias não faziam parte do bloco, sequer como observadoras.



## 3. METODOLOGIA

As metodologias adotadas para atender aos objetivos da pesquisa serão: inicialmente o Método de Investigação-Avaliação Histórica dos fatores geradores das crises capitalistas internacionais, haja vista a importância de pesquisar suas raízes para compreender sua natureza e sua função, através de obras de estudiosos como, (AMARAL, 2007; COGGIOLA, 2004; MARX, 1989), dentre outros estudiosos de grande prestígio.

Por conseguinte será empregado o Método Estatístico descritivo de Investigação para a análise quantitativa de estatística descritiva que será realizada mediante a coleta de dados que respaldem as conclusões dos impactos macroeconômicos e comerciais que essas crises geraram em cada economia-membro do Mercosul, através de dados de fontes fidedignas como WTO, ALADI, MERCOSUR, CEPAL, dentre outras.

## 4. APRESENTAÇÃO E DICUSSÃO DOS DADOS

### 4.1 AS CRISES CAPITALISTAS: A VISÃO DE MARX

Primeiramente a crise é um fenômeno determinado pelas relações capitalistas de produção; a forma mercadoria, conceitualizada no início do primeiro volume de "O Capital", possui o cerne da crise por ter em si o valor de troca ou simplesmente valor, como objetivo dos produtores, que em seguida, transferem tal importância para a troca intermediada pelo equivalente geral, dinheiro.

Todavia para que se crie valor, é necessário encontrar uma mercadoria que por si gere valor, essa mercadoria é à força de trabalho, passível de ser comprada e explorada na produção capitalista, ou seja, a crise apenas pode ser compreendida como consequência das contradições do capital.

Esse desejo de explorar o trabalho alheio, retirar a maior quantidade possível de mais valia, traduz o grande anseio capitalista, aumentar a taxa de lucro, seu capital, acumular. Para



# VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam

tal faz-se um aumento do capital constante em relação ao capital variável, ou seja, aumenta-se a produtividade e decresce a mobilização da força de trabalho, implicando numa queda da quantidade de trabalho vivo e conseqüentemente na mais valia, haja vista que esse a cria, o que impulsiona uma queda na taxa de lucro do capitalista.

Essa ação de tentar baratear os custos e constantemente desenvolver um aumento na produtividade se valida pela concorrência eminentemente predominante do sistema capitalista que acaba por eliminar os mais fracos a cada crise. É um ciclo.

Descrito esse breve apanhado já podemos falar sobre as crises de circulação simples. De acordo com Coggiola (2004) essas crises tratam da situação compra-venda de mercadorias com sua troca voltada para os valores de uso, todavia a circulação rompe essa troca natural e se estende a âmbitos econômicos maiores ocasionando tempos de realização das mercadorias irregulares para cada unidade produtora.

Conseqüentemente a contradição do sistema capitalista de produção se expressa no paradoxo entre trabalho individual e trabalho geral, ou seja, na necessidade de transformação do produto, em sua matéria, no valor de troca ou apenas valor. O que torna o valor de troca passível de existência própria é sua mutação para a forma dinheiro. "Todas as propriedades da mercadoria, enquanto valores de troca se apresentam no dinheiro como um objeto distinto dela, como uma forma de existência social cindida de sua forma de existência natural." (MARX, 1987, *apud*, COGGIOLA, 2004, p.17).

Dado isso passemos a analisar a reprodução do capital em seu caráter social. O processo de produção reproduz a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho perpetuando a exploração da primeira. No que diz respeito à reprodução do capital Coggiola (2004, p.17) afirma:

A reprodução dos fatores imediatos da produção (meios de produção e força de trabalho) e a reprodução das relações sociais de produção capitalistas (separação entre produtor e meios de produção, apropriação privada do produto social etc.) são duas faces da mesma moeda. A reprodução abrange e é determinada pela materialidade dos elementos do capital produtivo, mas é inseparável da reprodução das relações jurídicas, dos valores culturais, da ideologia etc. A





# VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam

reprodução da força de trabalho, portanto, inclui a reconstituição perene dos *mores* expressivos da sua subsunção ao capital, tais como: a ideologia da submissão, hierarquia, direção, comando, disciplina etc.

A reprodução simples do capital nada mais é do que a reprodução do capital investido, nesta a mais valia obtida é gasta de maneira improdutiva. Todavia os capitalistas têm por desígnio valorizar seu capital constantemente, para tal o indivíduo utiliza parte de sua mais valia para ampliar seu capital, ou seja, acumular. Quando se encontra no mercado a força de trabalho e os meios de produção necessários para reproduzir o capital, denominamos reprodução simples de capital, e quando os encontramos em quantidade, reprodução ampliada do capital.

Por conseguinte, é destacável que as crises capitalistas derivam-se do processo de acumulação, essa é o ciclo do capital produtivo, onde cada novo ciclo implica na necessidade de aumentar a produtividade, aumentar o capital constante em relação ao variável, que por fim resulta num aumento da composição orgânica do capital que invariavelmente tende a levar a uma queda da taxa de lucro.

No que tange o conceito de composição orgânica do capital, Marx trata-o como sendo a relação entre o capital variável e o constante, ou seja, a relação entre o montante de máquinas, edifícios, matéria prima e a força de trabalho. Essa composição orgânica esta intimamente ligada à produtividade, quanto mais se amplia a produtividade (aumento do capital constante) maior é a composição orgânica do capital, porém, menor a taxa de lucro, pois somente força de trabalho produz a mais valia de onde se abstrai a taxa de lucro.

Na sociedade capitalista, segundo a lógica racional podem e devem ocorrer perturbações, a despeito disso tem-se como exemplo o mercado financeiro, com suas relações de crédito que permitem a compra além da renda e a especulação acabando por gerar uma pressão sobre o capital produtivo, constantemente retirado sem uma reposição, ocasionando um aumento da demanda e a alta dos preços. A conseqüência dessa alta geral dos preços, por fim, é a redução dos salários dos trabalhadores.

A solução que o capitalista individual encontrou para aumentar seu lucro foi o incremento do seu capital constante, acontece que, no curto prazo essa solução é rentável para



# VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam

o capitalista, contudo, no longo prazo, de acordo com Goggiola (2004), dentro dos esquemas de reprodução são dedutíveis apenas crises cíclicas e periódicas que perturbam a acumulação, a crise estrutural do capital, o colapso do sistema, a tendência decrescente da taxa de lucro.

A lei da tendência decrescente da taxa de lucro é considerada a lei mais importante da Economia Política. Segundo Marx essa lei basicamente explica as crises capitalistas distintas das crises de subconsumo antecedentes ao próprio sistema capitalista.

Nesse ponto, vale ressaltar que o limite da produção é posto pelo lucro do capitalista e não pelas necessidades. O sistema capitalista prediz a concorrência e o contínuo desenvolvimento das forças produtivas para se obter uma diminuição nos custos de produção visando um aumento na taxa de lucro. Para tal feito é necessário que se aumente a produtividade, ou seja, que uma quantidade maior de mercadorias possa ser produzida em uma parcela menor de tempo, trata-se do aperfeiçoamento dos meios de produção do capitalista, a aquisição de um maquinário mais potente, por exemplo, o que leva a um aumento do capital constante em relação ao capital variável.

No entanto esse aperfeiçoamento do indivíduo capitalista não se estende por muito tempo, logo os demais concorrentes, pela natureza competitiva do sistema, alcançarão o mesmo progresso, o que por fim acaba alterando a relação supracitada, de todo um grupo (ramo) da economia.

Desse modo, Marx elucidou que a mais valia é obtida apenas pela exploração correspondente ao capital variável (força de trabalho). À medida que se aumenta o capital constante diminui-se o tempo de trabalho necessário para produção de uma mercadoria, sendo assim, é nítida a contradição que em longo prazo tende levar a uma queda na taxa de lucro.

O perceptível ao analisar Marx ou suas interpretações é que as contradições presentes no capitalismo o levam ao colapso, à crise. Seu limite está em seu próprio motivo de ser, o lucro. As crises são o meio de o capital frear, recomeçar, de maneira que seus investimentos se mantenham sempre lucrativos.

Em suma, pode-se ainda destacar que o processo onde se dão as crises é caracterizado pelas contradições entre a criação coletiva do capital, força de trabalho, e a apropriação por



# VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam

poucos dos meios de produção, o que permite a esses últimos a busca desenfreada por lucro independente da situação, que isso ocasionará. Vale destacar (MARX, *apud* COGGIOLA, 2004, p.25):

A partir de certo momento, o desenvolvimento das forças produtivas torna-se um obstáculo para o capital; portanto, a relação do capital torna-se uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Em agudas contrações, crises, convulsões, se expressa à crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade e suas relações de produção até hoje vigentes. A violenta aniquilação do capital, não por circunstâncias alheias a ele mesmo, mas como condição de sua auto-conservação é a forma mais contundente na qual se lhe dá o conselho de que se vá embora e dê lugar para um estágio superior de produção social.

Marx foi preciso ao informar que a tendência decrescente da taxa de lucro prediz a superprodução, a especulação, as crises, capital e população excedente. O autor revela que embora existam as tendências contrabalanceadoras, no transcorrer do tempo, a queda da taxa tende a dominar o cenário.

Sendo assim, a crise tem como pré-anunciadoras a queda da acumulação, a superprodução e o aumento do desemprego, nela se interrompe a acumulação, e a expansão dos investimentos de baixo retorno. Mesmo essa se iniciando em ramos específicos, afeta a economia geral revelando a interdependência do modo de produção capitalista.

Acontece que, devido à tendência a queda da taxa de lucro, há uma ampliação da concorrência que em seguida acaba por levar a ruína de alguns capitalistas, conseqüentemente um aumento no desemprego, a uma diminuição na demanda social e na produção que se alastrará pelos demais ramos de produção.

Marx vê as crises como históricas, sendo assim não as tem como permanentes. O autor as explica não como causas da sobre-produção, mas como condicionadas a mais valia. (COGGIOLA 2004).





# VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam

Os desdobramentos das crises dentre as demais economias, seu nível internacional, pode ser introduzido no seguinte trecho de Coggiola (2004 p.35-36):

Não só o monopólio encontrava-se antecipado n'*O Capital*, mas também a base para a análise dos super benefícios obtidos pelo capital monopolista da exploração das nações atrasadas baseadas nos diversos níveis de desenvolvimento das forças produtivas: Conforme a produção capitalista se desenvolve em um país, à intensidade e a produtividade do trabalho dentro dele vai remontando-se sobre o nível internacional.

Nesse ponto, é passível de se ver a relação entre os países capitalistas. Marx atenta para o movimento de capitais dos países desenvolvidos para os mais atrasados vislumbrando um aumento do lucro. Devido essa movimentação surge uma taxa média de lucro da variação dessas taxas, menores e maiores, beneficiando, assim, os monopólios. Todavia esse lucro médio internacional deve ser considerado uma tendência que incide, no transcorrer de seu curso, em crises mundiais.

Mediante esses desdobramentos conceituais de Marx, em suma podemos ressaltar que: primeiramente segundo o autor a realidade da crise é repleta de contradições, por um lado a pressão concorrencial leva os capitalistas a buscarem uma constante inovação, por outro esse desenvolvimento das forças produtivas os leva a crise.

O capitalismo só pode existir ao passo que revoluciona incessantemente sua forma de produzir e conseqüentemente todas as relações sociais. Para Marx o capitalismo é histórico, progressivo, vai se renovando a cada ciclo, todavia ele não é a forma mais racional de sociedade, o autor deixa claro que essa reestruturação do capital pode resolver temporariamente essas contradições. As crises são apenas soluções momentâneas das contradições existentes; se a crise irá dar cabo ao capitalismo, isso dependerá da união da classe trabalhadora.

Observe-se então como essa crise do capital pode repercutir em crises menores no mundo capitalista globalizado. No caso desta pesquisa o foco de análise são as crises econômicas da década de 1990, sobretudo a crise Asiática, ocorrida em 1997 e a crise Russa,



de 1998, bem como a repercussão dessas crises nas economias-membro do Mercosul. Como a pesquisa em seu todo ainda não está concluída, este trabalho consistirá apenas em um ensaio teórico, mostrando o desdobramento da crise do capital, descrita por MARX em crises capitalistas atuais como as Crises Asiática (1997) e Russa (1998).

## 4.2 A CRISE ASIÁTICA (1997)

A crise financeira e cambial asiática de 1997-1998 destaca-se, ao analisar tanto Bastos (2009) quanto Canuto (2000), como sumamente importante devido seu alcance global e repercussão em países tidos como alvos de desenvolvimento e crescimento econômico. Tais crises, segundo os autores, são consideradas como um desdobramento da crise do próprio capital, descrita por Marx. A princípio a crise asiática instaurou-se em cinco países da região, sendo eles: Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Malásia e Tailândia.

Segundo Canuto (2000, p.1):

A crise financeira asiática de 1997-98 foi surpreendente não apenas pelo alcance global de seus desdobramentos, como pelo fato de ocorrer em uma região que se tornara, pouco antes, uma referência mundial em termos de crescimento econômico rápido e sustentado. A surpresa foi ainda maior por incluir, em seu epicentro, a Coreia do Sul, o exemplo maior de *upgrading* da periferia ao núcleo das economias desenvolvidas.

Dentre as características financeiras da crise asiática, Canuto (2000) destaca que em comum nos cinco países em foco (Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Malásia e Tailândia) observava-se uma desvalorização de suas moedas, em relação ao dólar, e a queda dos preços dos ativos no mercado de ações, ambas concomitantes a saída de capitais.

Todavia o stopin da crise ocorreu em dois de julho de 1997 com o anúncio de que a moeda tailandesa, o baht, passaria a flutuar, acabando por acarretar em uma desvalorização de



# VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam

15% da mesma e no alastramento dessa situação as demais economias emergentes da região, mesmo naquelas que conseguiram contornar a crise cambial.

Essa crise financeira transformou-se em crise econômica ao causar o declínio dos PIBs dessas economias, que anteriormente alcançaram índices de crescimento consideráveis não denunciando a futura extensão e proporção que se deu a crise asiática no contexto mundial.

O observável ao analisar a crise financeira cambial asiática dentre os países asiáticos supracitados, e inicialmente atingidos, é que estes sofreram fatos comuns, mesmo tendo especificidades em cada país, fatos estes observados por Canuto como similares aos de outras crises em países emergentes.

A transição da crise cambial financeira para uma crise econômica pode ser transcrita no seguinte contexto salientado por Canuto (2000): a taxa de câmbio estava sendo administrada em cada país pelo banco central, via utilização das reservas externas para estabilização dos mercados cambiais domésticos. Logo e, por conseguinte, essas reservas passam a diluir-se ao passo que as taxas cambiais fixadas passam a manter-se exclusivamente mediante a intervenção do banco central; cresce então a desconfiança por parte dos investidores privados a cerca da capacidade do mesmo conseguir sustentar essa situação equilibrada.

Tal desconfiança é perceptível à vista dos olhos, perante a venda dos ativos; e a queda do crédito, que faz os detentores de ativos financeiros, freneticamente, liquidarem seus ativos e convertê-los em divisas. Estes fatos fazem com que as instituições financeiras liquidem seus ativos e fechem seus créditos, e, assim, afetem empresas e famílias nesse processo, ou seja, a economia em sua totalidade.

A crise financeira e cambial asiática assemelhava-se a crises anteriores ocorridas em países emergentes, todavia as causas possíveis para esse ciclo cambial-financeiro eram diversas.

No caso da crise asiática as adequações a certas explicações não se aplicam tão facilmente quanto nas crises dos países emergentes.

Canuto (2000, p.6) afirma:



# VII ENPPEX

"UNIVERSIDADE E GESTÃO PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES"

II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam

Evidencia-se, portanto, a inadequação da explicação clássica de ataques especulativos e crises em regimes cambiais rígidos, formulada pela chamada "primeira geração de modelos de ataques especulativos" iniciada por Krugman (1979), a qual focalizou políticas macroeconômicas inconsistentes como origem previsível de crises de balanço de pagamentos. O desempenho macroeconômico também descarta, portanto, a "segunda geração de modelos de ataques especulativos", linha inaugurada por Obstfeld (1994), tendo como referência empírica a crise no sistema monetário europeu de 1992.

Para explicar as causas da mesma podemos observar alguns indicadores como: déficit público, desempenho macroeconômico, balanço de pagamentos e a taxa real de câmbio.

Primeiramente nenhum dos cinco países envolvidos apresentou déficits públicos consideráveis antes da crise, de 1995 a 19997 na Tailândia, por exemplo, foram apresentados superávits. No que tange o desempenho macroeconômico podemos observar que houve um crescimento do PIB, dos países em foco, no período que se estende de 1994 a 1996, o que acaba por descartar a segunda explicação via ataques especulativos de Obstfeld (1994).

No que diz respeito à taxa real de câmbio é possível averiguar que não é unânime sua implicação dentre os países envolvidos na crise, "[...] alguma possibilidade de problemas com a taxa real de câmbio apenas para Tailândia, Malásia e Filipinas, descartando Coréia, Indonésia, Hong Cong, Cingapura e Taiwan". (CANUTO, 2000, p.5)

Conclusivamente Canuto (2000, p.5) ressalta:

Elimina-se, assim, a possibilidade de plena explicação da crise a partir de fundamentos macroeconômicos (contas públicas, crescimento e inflação, taxa real de câmbio) ou de inconsistências nas políticas macroeconômicas. Seguindo-se as medidas convencionais, apenas a Tailândia - a primeira da seqüência de peças de dominó a cair - se aproximaria de um diagnóstico em tal direção.



Eliminada a explicação via fundamentos macroeconômicos somente, passemos, então, a analisar indicadores relacionados às instituições financeiras e suas variáveis vislumbrando entender o caráter contagioso e a profundidade dessa crise.

No que toma a avaliação das causas financeiras da crise observa-se que o intenso ciclo de entrada e saída de capital externo, comum a toda região, é de suma importância para o entendimento da mesma.

O que passa a ocorrer nos anos 1990 é uma intensificação do fluxo de capitais para economias emergentes seguido de um decréscimo dos mesmos. As razões apontadas pelo FMI, segundo Canuto (2000), foram: a tendência ao declínio nas taxas de juros das economias mais desenvolvidas, diversificação nas carteiras, e os processos de liberalização dos investimentos externos aliados a reformas financeiras.

Cabe aqui lembrar a afirmação de Marx, explanada anteriormente, sobre as relações entre os países capitalistas possuírem um caráter exploratório sobre as economias menos desenvolvidas.

O que passa a ocorrer é uma entrada de investimentos diretos externos (IDE), e de investimentos em carteira e portfólio, "[...] causando superaquecimento nas economias domésticas, bem como pressões especulativas de alta nos ativos. Tailândia e Malásia chegaram a receber fluxos acima de 10% do PIB [...]." (CANUTO, 2000, p. 7)

Esses fluxos para Ásia superavam os latino-americanos até atingir níveis negativos com surgimento da crise que concomitantemente intensifica a saída de capital.

No que se refere aos empréstimos bancários internacionais vê-se um padrão regionalizado, no contexto asiático os japoneses e europeus foram os protagonistas desses. Já no caso latino-americano destacam-se os recursos provindos dos norte-americanos e europeus.

Entre o período de 1993 a 19997 cresceram de forma acentuada a razão passivo bancário/PIB, e a razão dívidas de curto prazo e reservas nas cinco economias asiáticas. Essa maior fragilidade financeira se deu por meio de um desacerto entre os prazos de maturidade de ativos e passivos, aliado ao descompasso na denominação das moedas e a estabilidade





cambial, estimulando a captação externa, juntamente com a instalação dos credores estrangeiros.

#### 4.3 A CRISE RUSSA (1998)

Em 1998, os efeitos da Crise Asiática passam a atingir o mercado financeiro russo, aliado à crise do petróleo, conseqüentemente, a Rússia também entra em crise nesse mesmo ano, desvalorizando sua moeda, o rublo, e decretando moratória parcial de sua dívida externa.

Todavia o principal fator causador das crises é destacado como sendo a incapacidade das autoridades em resolver seus problemas estruturais e fiscais.

Após uma queda das receitas em 1997 o governo intervém com soluções frustradas ao passo que essas não atenderam às expectativas de aumento das receitas em 1998. O que se percebeu contrariamente ao desejado foi uma substancial queda do PIB e, por conseguinte, um endividamento governamental que buscava ser financiado via créditos de curto prazo.

Essas entradas de capitais de curto prazo tiveram um papel decisivo no que tange a definição da taxa de juros dos bilhetes do tesouro (BT's). Devido o fácil acesso ao financiamento externo desenvolveram-se duas estratégias de financiamento, a saber: empréstimos nos mercados internacionais e vendas de BT's de curto prazo. Dadas essas estratégias podemos então salientar a considerável vulnerabilidade às alterações nos mercados neste momento.

Ao passo que a pressão no mercado financeiro russo aumentou, as reservas de divisas caíram, a taxa de juros subiu e o financiamento através do BT's de curto prazo tornou-se negativo.

A desconfiança, no caso russo, inicia-se com o programa de julho de 1998 que se estenderia até 1999 vislumbrando uma melhora na posição fiscal e um reembolso dos detentores de BT's em sua totalidade ou no mínimo parcialmente.



No que se concerne o desenrolar da crise, com as pressões de maio de 1988, intensificadas com a crise financeira asiática, o que se refletia era um cenário de tensões. Para aliviar tais tensões o banco central russo aumenta a taxa oficial no fim de maio paralelamente ao anúncio de corte nas despesas públicas.

Todavia essas ações supracitadas foram insuficientes para regular o mercado financeiro. O governo, então, no final de junho, implementa novas ações vislumbrando equilibrar a situação, a saber: um programa anti-crise, intensificação do pacote FMI que estendia o programa, e intensificação da campanha para reforço na coleta de impostos.

Contudo tais melhorias citadas se findam rapidamente devido à falta de apoio da Duma, a oposição de grandes produtores de energia, e a exigência do sterbank sobre o pagamento dos títulos pelo governo. Como consequência as taxas dos BT's e o rublo tiveram uma queda, pressionando os bancos, e eclodindo assim, uma crise financeira e bancaria na Rússia.

Estourada a crise o governo passa a tomar varias medidas controladoras. No que se refere às consequências da crise russa, alguns levantamentos foram feitos por LUÍS (1998), sendo esses: corte na concessão de crédito exterior, aumento da inflação, tensões sociais e políticas, e no que tange o setor bancário, a falência concomitante de vários bancos comerciais.

## 5. CONCLUSÃO

Observa-se, desta forma, que a crise do capital, descrita e discutida amplamente por MARX (1989), tem seus desdobramentos no mundo globalizado em crises pontuais e recorrentes, o que demonstra que a teoria marxista é mais atual do que alguns estudiosos imaginam. Ela é utilizada não apenas para explicar a origem, a evolução e o desfecho do sistema capitalista de produção, à medida que o autor afirma que o capitalismo gera crises internas. Só não gerou ainda, como afirmado pelo autor, sua autodestruição, mas tem se regenerado em novas roupagens, como pode se verificar atualmente: O capitalismo da globalização, acompanhando por suas crises inerentes.



## 6. REFERÊNCIAS

AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. *A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)*. Universidade de Brasília – UNB- Instituto de Relações Internacionais, Programa de Mestrado em Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, Brasília-DF-, 2007.

BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: Integração Regional da Retórica à Realidade*. 1º edição. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1996.

BASTOS, Luciana Aparecida. *Avaliação do Desempenho Comercial do Mercosul: 1994-2005*. Tese (Doutorado em História Econômica)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

CANUTO, Otaviano. *A crise asiática e seus desdobramentos*. Econômica, nº 4, 2000.

CARDOSO, Eliana & HELWEGE, Ann. *A Economia da América Latina*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. *América Latina: Integração e Desintegração*. (capítulo de livro). *A América Latina e a Globalização*. FFLCH/PROLAM – USP, São Paulo, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. vol.I. São Paulo: DIFEL Editora, 1989.

MONTOYA, Marco Antonio. *O Agronegócio no Mercosul: Dimensão Econômica, Desenvolvimento Industrial e Interdependência Estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai*. UFP-RS, RBE, Rio de Janeiro, out/dez, 2002.

RIVAS, Alfredo Ângelo. *Integración y Governabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible?* ALDEA MUNDO, Año 6, N 11, 5/11/2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Crise asiática, recuperação e construção da multipolaridade*. In *Nova Ordem Global – Relações Internacionais do Século 20*. Disponível em:<[www.terra.com.br/vizentini/artigos152.htm](http://www.terra.com.br/vizentini/artigos152.htm)>Acesso em: 11 de março de 2004.